

EDITORIAL

Este número é composto por quinze artigos. Seis deles compõem o dossiê temático “Políticas Educacionais: Análises e Perspectivas”, organizado pelos professores Ana Lúcia Felix e Alfredo Gomes, ambos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O dossiê parte das políticas educacionais nacionais para, em seguida, focalizar a análise do tema a partir do recorte para o contexto do norte e nordeste do Brasil. São textos produzidos por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal do Amapá. Uma introdução mais adequada sobre os artigos e seus autores se encontra na sessão “Apresentação do Dossiê Temático”.

Além do dossiê, mais nove artigos estão disponíveis para o leitor nesta edição de Práxis Educacional, na sessão destinada à publicação de artigos com temáticas livres dentro da área de Educação.

O primeiro artigo é de autoria de *Albertina Lima de Oliveira* e tem como título “A autonomia na aprendizagem e a educação e aprendizagem ao longo da vida: a importância dos fatores sociológicos”. O artigo apresenta uma discussão acerca das principais razões de ordem sociológica que fundamentam teoricamente a importância da promoção ativa da autonomia na aprendizagem ou aprendizagem autodirigida numa

perspetiva de educação e ao longo da vida. Para tanto, toma como base as transformações científicas e tecnológicas, as mudanças económicas e políticas e as alterações nos padrões tradicionais de trabalho. O texto, além de apontar os factores sociológicos subjacentes à grande valorização do conceito de autonomia na aprendizagem na sociedade contemporânea, também se discute as origens e os significado dos conceitos de sociedade de aprendizagem, educação ao longo da vida e aprendizagem ao longo da vida, os quais se encontram intrinsecamente ligados ao primeiro.

O segundo artigo, escrito por *Leila Pio Mororó* e *René Silva*, é intitulado “A expansão da formação de professores na Bahia: a avaliação do PARFOR por universidades e municípios”. Nesse texto são apresentados e discutidos os resultados de duas pesquisas, ambas sobre a expansão da formação de professores em serviço no Brasil, tomando como foco específico de análise o contexto da formação promovida no âmbito do estado da Bahia e os direcionamentos do processo de implantação e desenvolvimento do PARFOR. O artigo traz os principais desafios e dificuldades enfrentados por instituições de ensino superior (IPES) envolvidas com os cursos em andamento e por municípios. Trata-se de uma pesquisa do tipo avaliativa que tomou como referência de análise documentos e entrevistas realizadas com coordenadores do PARFOR nas IPES e com dirigentes e ex-dirigentes municipais de educação. Os dados demonstram que as principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas, principalmente, a ausência de sintonia entre o Ministério da educação, o governo estadual e os municípios. O artigo conclui informando sobre os desafios a serem enfrentados por todos os entes federados envolvidos com a formação de professores em serviço e destaca a necessidade de se obter dados mais precisos sobre a demanda de formação de professores no estado e estabelecer estratégias de fortalecimento do diálogo entre municípios, IPES e governo do estado.

O terceiro artigo tem como título “A relação professor/aluno a partir da prática de estágio obrigatório no ensino médio” e é escrito por *Luiz Ernesto Guimarães* e *Fábio Lanza*. O presente artigo se desenvolve

em torno de analisa algumas questões relacionadas à relação professor/aluno, tendo em vista desafios existentes na escola pública. Os autores tomam como referência de análise o professor, mesmo considerando a diversidade de atores presentes no contexto da educação básica. O texto traz uma pesquisa que teve como lugar uma escola da rede de educação pública do Paraná, na cidade de Londrina, em 2009.

Luiz Carlos Gesqui é autor do artigo cujo título é “O estreitamento curricular em função dos resultados das avaliações externas em larga escala”. O texto toma como ponto de partida para a discussão as finalidades das avaliações educacionais em larga escala, apresentando a sua contribuição para a gestão das escolas, fornecendo-lhes informações referentes ao fluxo e desempenho escolar de seus alunos, entre outros. Na sequência, o artigo destaca diversos modos como gestores escolares e docentes são pressionados pelo cumprimento de metas do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) anualmente estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP). O texto destaca, também, que, em função da referida pressão, as práticas escolares mais recorrentes efetivadas pelas escolas analisadas são o excessivo uso dos “simulados” das avaliações externas e a promoção dos alunos para a série seguinte basicamente a partir do registro de sua frequência dentro dos limites legalmente estabelecidos. O resultado disso repercute em práticas escolares marcadas pela diminuição do conjunto de informações a que os alunos deveriam ter acesso por meio da escola, bem o estreitamento do currículo escolar em prol da obtenção de indicadores estatísticos em detrimento do processo de ensino e aprendizagem.

O décimo primeiro artigo dessa edição de *Práxis Educacional* é intitulado “O ensino de antropologia nos cursos de pedagogia: caminhos para a diversidade” e é de autoria de *Karina Augusta Limonta Vieira* e *Denis Domeneghetti Badia*. A partir de um levantamento bibliográfico, os autores realizam um debate acerca do ensino da disciplina Antropologia no curso de Pedagogia, no sentido de elucidar as junções dessas áreas,

bem como os caminhos para a diversidade. É evidenciada a questão da teorização dos cursos de Pedagogia, e principalmente, da disciplina Antropologia, distanciando-se da prática apresentada por ambos. Os resultados apresentados apontam que as disciplinas estão correlacionadas às seis categorias, tais como: 1) Antropologia, 2) Antropologia e Educação, 3) Sociologia, Antropologia e Educação, 4) Relações Étnico-raciais, 5) Educação e diversidade e, 6) Cultura e Educação.

Na sequência, o artigo “Políticas da diferença nos cotidianos escolares: ou sobre problematizações das práticas curriculares com ênfase na diversidade”, de *Carlos Eduardo Ferrazo* e *Marco Antônio Oliva Gomes* problematiza as práticas relativas aos currículos realizados nos cotidianos de escolas públicas, tecidos em redes com as *teoriaspráticas* inventadas pelos seus sujeitos praticantes, com destaque para as relações estabelecidas por eles entre currículo e cultura, com ênfase na noção de diversidade. A pesquisa compreende que as redes tecidas entre cultura e currículo com base na noção de diversidade não implica avaliar se os educadores seguem corretamente ou não os documentos prescritivos curriculares da Secretaria de Educação em vigor e os projetos de ensino com base em aspectos da cultura que delas decorrem. Muito menos implica levar propostas de ações para que sejam executadas nas salas de aula, mas sim, problematizar as *teoriaspráticas* inventadas por esses praticantes durante os próprios movimentos de tessitura de suas redes, de modo a potencializar políticas da diferença nos cotidianos das escolas.

Paulo Fernando Martins e *Sirley Terezinha Filipak* são os autores do artigo “A gestão de avaliações discentes e docentes em instituições de ensino superior”, que tem por objeto de análise formas e sistemas de avaliações que são aplicadas em Instituições de Ensino Superior (IES). O texto discorre sobre procedimentos, os quais coordenadores pedagógicos ou de curso devem ter para transformar as avaliações – da aprendizagem e da *performance* docente – mais significativas e eficazes para o alcance da qualidade educacional. O artigo afirma que existem práticas procedimentais para uma gestão eficaz, em instituições de ensino superior.

São demonstradas as formas de implantação e suas possíveis vantagens no desenvolvimento da aprendizagem (estudantes) e da capacitação docente. Para tanto, a metodologia utilizada é uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam que os coordenadores de cursos devem acompanhar o desenvolvimento do aprendizado, analisar o desenvolvimento de cada estudante, individualmente, além de propor melhorias constantes.

O artigo seguinte tem como título “O itinerário investigativo: a etnopesquisa crítica/formação” e é de autoria de *Maria da Conceição Alves Ferreira* e *Talamira Taita Rodrigues Brito*. O objetivo é contribuir para o adensamento de reflexões e práticas em pesquisas que se preocupem em entender os movimentos da horizontalidade nos grupos sociais nas mais diversas áreas do conhecimento, em especial, na educação ajudando constituir outros olhares sobre a formação de professores. O texto apresenta a etnopesquisa crítica/formação como uma possibilidade metodológica para as pesquisas de abordagem qualitativa. As autoras fazem uma discussão sobre a origem dos conceitos, os teóricos que sustentam esse tipo de pesquisa, o itinerário que sustenta as análises que mobiliza os olhares para o campo de pesquisa e as possibilidades, as propriedades e os critérios que devemos ter para compor um ambiente de rigor que os estudos etnográficos apresentam.

O último artigo dessa edição de *Práxis Educacional* é intitulado “A pedagogia da explicação, a pedagogia da emancipação intelectual e o princípio da liberdade” e é de autoria de *Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo*, *Beatriz Aparecida Zanatta* e *Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas*. O texto se propõe a entender o processo e emancipação do sujeito presente da obra de Jacques Rancière. Para dar conta de tal empreita, as autoras apresentam, como ponto de partida, uma síntese do pensamento do filósofo francês, cuja origem remete à descoberta e reinterpretação da experiência do pedagogo francês Joseph Jacotot, no século XIX. Em seguida o artigo apresenta uma leitura da proposta do filósofo em questão, sobre a emancipação do sujeito presente no ato de aprender e ensinar. Por

meio dos conceitos de emancipação intelectual, igualdade e desigualdade, instrução pública, método de ensino e aprendizagem, o texto especifica as contribuições de Rancière para a metodologia de ensino. O artigo destaca que Rancière e Jacotot priorizam uma metodologia baseada no princípio da liberdade, desvincilhada da tradição de uma ação educativa escolar que se perpetua pela transmissão do conteúdo de ensino por meio da lógica da explicação.

Ao se publicar o último número da Revista *Práxis Educacional* referente a 2015, primeiro ano de seu funcionamento com periodicidade quadrimestral, faz-se salutar uma análise dos três números, correspondentes aos números 18, 19 e 20.

O volume 11, número 18, janeiro a abril de 2015, contou com 14 artigos, englobando um total de 25 autores. Desses autores, dezoito são doutores, um é doutorando, seis são mestres e três são mestrandos. Quanto à abrangência territorial, dois artigos são provenientes do estado da Bahia; dois são de outros estados do Nordeste do Brasil; nove são de pesquisadores de outras regiões do país e um é escrito por autor de outro país.

O volume 11, número 19, maio a agosto de 2015, contou com 13 artigos, resultando um total de 26 autores. Desses autores, dezessete são doutores, cinco são doutorandos, três são mestres e um é mestrando. Quanto à abrangência territorial, três artigos são provenientes do estado da Bahia; não houve artigos originados de outros estados do Nordeste do Brasil; três são de pesquisadores de outras regiões do país e sete são escritos por autores de outros países.

O volume 11, número 20, setembro a dezembro de 2015, contou com 15 artigos, somando um total de 26 autores. Desses autores, vinte são doutores, quatro são doutorandos e dois são mestres. Quanto à abrangência territorial, três artigos são provenientes do estado da Bahia; não houve artigos originados de outros estados do Nordeste do Brasil; três são de pesquisadores de outras regiões do país e sete são escritos por autores de outros países.

Para se fazer um resumo da publicação realizada pela Revista *Práxis Educacional* no ano de 2015, somando as três edições do ano, registra-se a publicação de quarenta e dois artigos publicados, abrangendo um quantitativo de setenta e sete autores. Desses autores, cinquenta e dois são doutores, dez são doutorandos, onze são mestres e quatro são mestrandos. Quanto à abrangência territorial, sete artigos são provenientes do estado da Bahia; seis são artigos originados de outros estados do Nordeste do Brasil; vinte artigos são de pesquisadores de outras regiões do país e nove são escritos por autores de outros países.

Ao ampliar a periodicidade de semestral para quadrimestral, *Práxis Educacional* vem realizando ampla divulgação das edições publicadas a fim de estender a circulação do conhecimento de modo a atingir sempre mais pesquisadores de diferentes centros de produção de pesquisa, seja na pós-graduação, seja no próprio contexto dos cursos de graduação. Tal empreita se afina com o propósito do presente periódico de democratizar o acesso ao conhecimento, ao mesmo tempo em que faz com que a Ciência aqui veiculada esteja a serviço das populações ao redor do mundo.

Resta, então, convidar a todos à leitura dos artigos. Além disso, expressa-se aqui o desejo do periódico de que os leitores sirvam-se à vontade de seu conteúdo na realização de suas pesquisas, na produção de seus artigos e outros trabalhos estudantis e profissionais e, acima de tudo, que possam todos aprender sempre mais de modo a empoderar-se da Ciência aqui divulgada para fazer uso dela nos espaços de convivência social, científica e acadêmica de cada um. Sintam-se todos seduzidos a produzir mais Ciência! Excelentes leituras e estudos!

Prof. Dr. Claudio Pinto Nunes
Editor